



Participação em empresa e fundos sob suspeita

» FABIO GRECCHI
» IAGO MAC CORD

A situação do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), tornou-se insustentável como ministro-relator da investigação sobre o Banco Master depois que ele admitiu, em uma nota divulgada na manhã de ontem, participação em uma empresa que fez negócios com um fundo de investimentos ligado ao banqueiro Daniel Vercaro. O magistrado é sócio oculto, com dois irmãos, da Maridt Participações, que até fevereiro de 2025 era uma das donas do resort de luxo Tayayá, em Ribeirão Claro (PR).

A Maridt (que os investigadores da Polícia Federal suspeitam ser um acrônimo que une as duas primeiras sílabas de Marília, cidade natal do ministro e dos irmãos, com as iniciais do sobrenome Dias Toffoli) foi fundada em 2020 e, em dezembro daquele ano, tornou-se sócia do Tayayá. Em setembro de 2021, recebeu R\$ 3,1 milhões de um fundo chamado Arleen, quando vendeu uma parte que tinha no resort — conforme registrado na Junta Comercial do Paraná. O Arleen investiu R\$ 20,7 milhões nas empresas responsáveis pelo empreendimento turístico, a DGEF e a Tayayá, segundo a Comissão de Valores Mobiliários

(CVM). Mas o Arleen recebeu R\$ 19,9 milhões do Leal, um fundo de investimentos cujo único cotista é Fabiano Zettel, genro de Vercaro. Ele foi preso preventivamente na segunda etapa da Operação Compliance Zero, desfechada pela PF em 14 de janeiro. A determinação pela detenção partiu do próprio ministro. A exposição de Toffoli, porém, complicou-se depois que as investigações conseguiram determinar que o Arleen e o Leal eram geridos pela Reag Investimentos, de João Carlos Mansur, que foi liquidada extrajudicialmente pelo Banco Central (BC). Alvo da Operação Carbono Oculto — lançada

pela Polícia Civil de São Paulo, pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e pela Receita Federal em 28 de agosto de 2025 —, a Reag estaria envolvida na lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC). Além disso, assim como Zettel, Mansur foi um dos alvos da segunda etapa da Compliance Zero.

Sem amizade

Na nota que divulgou mais cedo, o ministro garantiu que não tem “relação de amizade” com Vercaro e afirmou que “jamais recebeu qualquer valor” pago pelo ex-banqueiro. Tais explicações

vieram depois que o diretor-geral da PF, Andrei Passos Rodrigues, entregou, na noite de quarta-feira, um relatório ao presidente do STF, Edson Fachin, sobre menções a Toffoli encontradas no celular do ex-dono do Master — que incluem diálogos entre eles. Toffoli assegura que a Maridt é uma empresa familiar e que ele faz parte do quadro societário, mas que a administração fica a cargo de seus irmãos. Argumenta, ainda, de acordo com a Lei Orgânica da Magistratura, não há impedimento para que juízes integrem o quadro societário e recebam dividendos de empresas, desde que não exerçam a administração.

O ministro afirmou que assumiu a relatoria do inquérito sobre a venda do Master ao Banco Regional de Brasília (BRB) somente quando a Maridt não mais fazia parte do Tayayá. Mais: disse que desconhecia ser Fabiano Zettel o gestor de um dos fundos que negociou com a Maridt. “O ministro desconhece o gestor do Fundo Arleen, bem como jamais teve qualquer relação de amizade e muito menos amizade íntima com o investigado Daniel Vercaro. Por fim, o ministro esclarece que jamais recebeu qualquer valor de Daniel Vercaro ou de seu cunhado, Fabiano Zettel”, diz a nota. (Com Agência Estado)

Impeachment e pressão sobre Alcolumbre

» LETÍCIA CORREIA*

O partido Novo protocolou, ontem, um novo pedido de impeachment contra o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na solicitação, a legenda considera que “a conduta do ministro Dias Toffoli causou e tem causado uma quebra de confiança generalizada na população brasileira de que o Poder Judiciário pode fazer parte de uma grande estrutura de corrupção do país. O mínimo que se esperaria de um ministro honrado, digno e com decoro, era, simplesmente, se afastar do caso em trâmite no Supremo Tribunal Federal e, também, a sua renúncia como julgador”.

O pedido de impeachment tem a assinatura de mais de 50 parlamentares, entre eles o senador Eduardo Girão (Novo-CE), a senadora Damares Alves (Republicanos -DF), o senador Magno Malta (PL-ES) e o líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto (PL-PB). Em coletiva, os parlamentares cobraram do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), uma postura crítica à atuação de Toffoli.

Girão atacou a não instalação da CPIs do Banco Master no Senado, cujo pedido conta com o apoio de 51 dos 81 integrantes da Casa. “A gente vai insistir. O escândalo é grande e o Banco Master merece uma CPI própria. Claro que é importante o trabalho que é feito pelo grupo da CAE [Comissão de Assuntos Econômicos, que criou uma subcomissão para investigar a instituição de Daniel Vercaro], mas não tenha dúvida que precisamos do instrumento de investigação que só uma comissão parlamentar de inquérito pode ter. Ele [Alcolumbre] tem o dever, a obrigação moral de instalar, e espero que até a Quarta-Feira de Cinzas [seja instalada], se for possível”, afirmou. Além da comissão de inquérito do senado, o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ), também protocolou o pedido de instalação de uma CPML, cujo requerimento precisa ser lido pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), em sessão conjunta do Congresso. O líder do Novo na Câmara,

Saulo Cruz/Agência Senado



Senadores Eduardo Girão e Damares Alves, além do deputado Marcel van Hattem, anunciam novo pedido de impeachment contra Toffoli. Oposição exige atitude de Alcolumbre



A gente vai insistir. O escândalo é grande e o Banco Master merece uma CPI própria. Claro que é importante o trabalho que é feito pelo grupo da CAE, mas precisamos do instrumento de investigação que só uma comissão parlamentar de inquérito pode ter. [Alcolumbre] tem o dever, a obrigação moral de instalar”

Senador Eduardo Girão (Novo-CE)

deputado Marcel van Hattem (RS), observou que o ministro tomou diversas decisões que prejudicam as investigações sobre o Master. “Como parlamentares, exigimos que o presidente Davi Alcolumbre abra os processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal e, por esse motivo, estamos dando andamento a um novo pedido de impeachment do ministro Dias Toffoli. O papel da oposição é a fiscalização do Poder. O Supremo Tribunal Federal precisa de freios e esses freios precisam ser dados pelo Congresso”, afirmou.

Como o aumento da pressão depois que Toffoli reconheceu ser sócio da Maridt Participações, começou a circular nos bastidores dos Três Poderes rumores de que Alcolumbre poderia aceitar o impeachment de Toffoli a fim de executar uma manobra que abrisse duas vagas no STF. Uma, seria destinada ao advogado-geral da União, Jorge Messias — que já foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar a cadeira deixada pelo ministro Luís Roberto Barroso — e a segunda ao senador Rodrigo Pacheco

(PSD-MG), que ainda não decidiu o rumo que tomará nas eleições de outubro. Tal articulação teria, supostamente, o beneplácito do Palácio do Planalto. Porém, era considerada uma jogada de risco, pois poderia abrir a porta para uma sequência de impeachments.

Também começou a circular rumores sobre um possível pedido de aposentadoria de Toffoli a fim de amenizar a crise que se abate sobre o STF. Ao mesmo tempo em que deixaria a relatoria sobre a investigação do Master, evitaria que o colegiado da Corte o pressionasse

ou reduzisse o apoio a ele. Na reunião da noite de ontem, veio a solução intermediária: os ministros mantiveram o respaldo a Toffoli, que se retirou da relatoria — entregue a André Mendonça.

Recurso à PGR

Mas, horas antes de Toffoli sair da condução das investigações sobre o Master, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) recorreu à Procuradoria-Geral da República (PGR) para que apresentasse ao STF um pedido de

suspeição do ministro. Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o crime organizado, ele solicita, também, a instauração de uma investigação sobre a relação do magistrado com a Maridt Participações, que teria feito negócios com fundos suspeitos de investimento ligados ao banco de Vercaro.

Com a saída de Toffoli da relatoria, parte da solicitação de Vieira perde objeto. Porém, a questão relacionada à Maridt prosseguiria. (Colaboração e supervisão de Fabio Grecchi)

Toffoli autoriza a quebra de sigilo fiscal e bancário de 101 pessoas e empresas ligadas ao esquema do Master e determina o bloqueio de R\$ 5,7 bilhões em bens.

No mesmo dia, Toffoli determinou que a PF justificasse o atraso na deflagração da segunda fase da Compliance Zero. Criticou a corporação por “inércia” e de “inobservância expressa e deliberada” de sua decisão.

Toffoli agenda os depoimentos de diretores do Master e do BRB para 26 e 27 de janeiro, mas nega o pedido da PF para ouvir Vercaro novamente. Argumenta que ele já havia sido ouvido em 30 de dezembro de 2025.



PF entrega ao presidente do STF, **Edson Fachin**, relatório com mensagens encontradas no celular de Vercaro que citam Toffoli. A PF pede a suspeição do ministro.

2026

6/01

14/01

15/01

21/01

29/01

11/02

12/02

falsas do Master ao BRB. As oitivas aconteceram no STF e foram conduzidas pela delegada federal Janaina Palazzo. O juiz auxiliar do ministro, Carlos von Adamek, acompanhou a sessão e tentou fazer com que a agente federal lesse perguntas elaboradas pelo gabinete do magistrado, o que ela recusou. A sessão foi marcada pelo mal-estar entre a PF e o ministro.

PF desfecha a segunda fase da Operação Compliance Zero. Além do bloqueio dos R\$ 5,7 bilhões, foram apreendidos R\$ 97 mil em espécie e itens de luxo, como relógios e veículos. Os alvos da operação foram o empresário e cunhado de Vercaro, Fabiano Zettel (apontado como intermediário do ex-banqueiro com os bastidores políticos), o empresário Nelson Tanure, o financista José Carlos Mansur (dono da Reag Investimentos, liquidada extrajudicialmente pelo BC no dia seguinte) e Felipe Cançado Vercaro (primo e então sócio do ex-banqueiro).



O ministro determina quais os peritos da PF poderiam analisar os celulares de Vercaro, gerando mal-estar com a PF.

Gabinete de Toffoli afirma que a decisão sobre manter o caso do Master no STF só será tomada depois da conclusão do inquérito.

Toffoli emite despacho determinando que a PF entregue ao STF, imediatamente, todos os dados, laudos e dispositivos apreendidos e relacionados a Vercaro.